



Senadores pedem instalação da CPI dos Planos de Saúde



Para fazer exames complexos, como ressonância magnética, boa parte da população recorre a planos e seguros de saúde

Requerimento para criar a comissão tem 27 assinaturas e já foi lido em Plenário. Partidos precisam ainda indicar os integrantes para o colegiado, que deverá investigar reajustes acima da inflação

Autora do pedido de criação de uma CPI para investigar os reajustes de planos de saúde, a senadora Lídice da Mata disse que espera instalar a comissão em outubro, logo após o primeiro turno das eleições.

O requerimento tem 27 assinaturas e chegou a ser lido em Plenário no dia 11 de julho. Agora é preciso que os partidos indiquem seus representantes para que a comissão seja instalada e eleja o presidente e o relator.

Lídice chegou a pedir ao presidente do Senado,

Eunício Oliveira, que escolha os integrantes da CPI caso os partidos não indiquem. Ela afirmou que tem recebido reclamações de eleitores sobre seguidos reajustes dos planos e seguros de saúde acima da inflação. Para Lídice, a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem atendido mais interesses dos planos do que dos usuários.

O senador Hélio José também defende o início dos trabalhos da comissão. Para ele, a CPI será importante para buscar mais transparência por parte dos planos de saúde. **3**

Comissão mista aprova crédito para hospitais filantrópicos

Foi aprovado ontem na comissão mista o relatório da medida provisória que abriu linha de crédito de R\$ 4,7 bilhões por ano às

santas casas de misericórdia e aos hospitais filantrópicos, com recursos do FGTS. O texto vai agora aos Plenários da Câmara e do Senado. **4**



Relator, Lasier Martins destaca o alcance social do crédito para as santas casas



Cúpulas da Câmara e do Senado ficam iluminadas na cor azul até sábado

Luz azul alerta para doença que atinge o sistema nervoso

As cúpulas do Congresso Nacional ficarão iluminadas de azul até sábado, em referência ao Mês da Conscientização Internacional da Charcot-Marie-

-Tooth, doença degenerativa que afeta o sistema nervoso. A solicitação para a iluminação foi feita a pedido da Câmara dos Deputados. **2**

Proposta obriga correção anual dos valores de licitação

Pode ser aprovado, em decisão final pela Comissão de Constituição e Justiça, projeto que obriga a atualização regular da tabela de preços de cada modalidade de licitação. Pela proposta, também devem ser fixados os critérios para a correção anual dos valores. Hoje a legislação permite a revisão anual dos valores, mas deixa como opcional, a critério do presidente. O projeto altera a Lei de Licitações e torna a atualização obrigatória. **4**

Texto aumenta limite para família receber benefício **2**

Imóvel do INSS poderá ser usado por filantrópica **3**

145 livros entram no acervo da Biblioteca **2**

Justiça pode ser obrigada a localizar réu com endereço ignorado

Projeto em tramitação obriga o Judiciário a localizar réus de processos civis quando o endereço for desconhecido. A proposta simplifica a busca em cadastros da Receita e do Banco Central. Uma emenda, porém, amplia a consulta a outras bases de dados, como do SPC e de telefônicas. **4**

Projeto preserva documentos raros do Senado

Para proteger seu patrimônio histórico, o Senado mantém o Projeto Estratégico de Gestão Arquivística e Preservação da Memória, em parceria com a Universidade de Brasília. Entre as ações, estão a análise de risco e a digitalização de documentos como a Lei Áurea, cujo original está sob a guarda do Senado. **3**



Acervo possui os originais de documentos importantes da história do Brasil



Os prédios do Senado e da Câmara foram iluminados com a nova cor em alusão a doença genética degenerativa

Cúpulas do Congresso recebem iluminação azul

Nova cor, que será mantida até sábado, é referência ao Mês da Conscientização Internacional da Charcot-Marie-Tooth, doença genética degenerativa que ataca o sistema nervoso e não tem cura

AS CÚPULAS DO Senado e da Câmara estão iluminadas na cor azul, desde segunda-feira até sábado, em referência ao Mês da Conscientização Internacional da Charcot-Marie-Tooth, doença degenerativa que afeta o sistema nervoso. A solicitação para a iluminação foi feita pelos gabinetes do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e da deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP).

— A iluminação é uma novidade. As pessoas param para perguntar o motivo das cores. É uma forma de chamar a atenção para as doenças raras e a falta de investimento em pesquisa científica. Essa é a doença periférica hereditária mais comum em seres humanos, atingindo aproximadamente uma em cada duas mil e quinhentas pessoas. Muitas pessoas nem sabem o que é uma doença rara, e aí vemos como ainda estamos abandonados nessa área — afirma Mara Gabrilli, que é coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

O médico neurologista do Serviço Médico de Emergência do Senado (Semed), Pedro Henrique Lopes da

Silva, explica que a Charcot-Marie-Tooth é uma neuropatia sensitivo-motora e hereditária.

— Ela é classificada em vários subtipos, de acordo com a idade de início e a herança. Ela pode ser do tipo desmielinizante [que destrói a parte exterior do nervo] ou axonal [com destruição da fibra nervosa] — afirma.

Exame

Ainda segundo o especialista, por tratar-se de uma enfermidade de padrão hereditário, a suspeita clínica pode ser confirmada mediante exame, a eletroneuromiografia.

— Vai piorando com o tempo e não tem cura. É genética e progressiva. Dependendo do tipo, o avanço pode ser mais rápido ou mais lento. Existem casos de neuropatia de Charcot-Marie-Tooth que começa nos primeiros meses de vida e leva o bebê a ter uma sobrevida curta. É um espectro amplo de manifestação clínica — explica o médico.

Segundo ele, o diagnóstico precoce é importante para que as medidas de reabilitação sejam tomadas mais rapidamente. Entre as neuropatias periféricas hereditárias, ela

é a mais comum.

— A fisioterapia, reabilitação motora, certamente vai ajudar a reduzir a velocidade de progressão da doença. Reduzir os danos que vão se acumulando ao longo do tempo. Vai ajudar o paciente a lidar melhor com os déficits que vão surgindo no dia a dia. Mas, evidentemente, a fisioterapia não reverte o quadro, pois trata-se de uma doença genética — finaliza.

Projeto

Em 2014, Mara Gabrilli apresentou o PL 7.915/2014, que inclui a doença de Charcot-Marie-Tooth entre as enfermidades que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Atualmente a proposta está na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara e tramita em conjunto com o PL 3.113/2012, da ex-deputada Sandra Rosado, que tem a mesma proposta em relação à esclerose múltipla.

A partir da noite de domingo, as cúpulas do Congresso voltam a ser iluminadas de amarelo em alusão à campanha de prevenção ao suicídio chamada Setembro Amarelo.

Biblioteca do Senado acrescenta 145 livros ao acervo em setembro

Neste início de setembro a Biblioteca do Senado acrescentou 145 novos livros ao seu acervo. Os títulos tratam principalmente de direito, literatura, economia e política. A biblioteca, que funciona no Anexo 2 do Senado, é aberta ao público em geral, mas apenas parlamentares, servidores e estagiários podem retirar exemplares.

O *Voto do Brasileiro* é um dos novos livros do catálogo. Escrito pelo cientista político, professor da Universidade Federal Fluminense e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas Alberto Carlos Almeida, a obra analisa as eleições presidenciais dos últimos 12 anos e prevê um possível cenário para o pleito de 2018, a partir de mapas comparativos in-

editos sobre o comportamento eleitoral do brasileiro.

Outra obra em destaque é *Beyond the Internet — unplugging the protest movement wave*. De autoria da professora da Universidade Católica Portuguesa Rita Figueiras e da docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa Paula do Espírito Santo, o livro trata do uso da internet como ferramenta de conscientização política na Europa.

A consulta de disponibilidade dos livros pode ser feita online, assim como a visualização das capas e dos sumários das obras, além do acesso a e-books.

Veja como consultar os livros: <http://bit.ly/bibliotecaSenado>

Projeto aumenta limite da renda para recebimento de benefício

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) pode passar a ser pago à família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 3/5 do salário mínimo. É o que estabelece o PLS 374/2018, que aguarda apresentação de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisado em caráter terminativo.

O BPC, que equivale hoje a 25% do salário mínimo, foi criado pela Constituição de

1988 e é pago a idosos e pessoas com deficiência que não possam prover seu sustento ou serem sustentados pela família.

Para Dalírio Beber (PSDB SC), autor da proposta que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 1993), o valor do BPC é incapaz de eliminar as graves desigualdades que separam idosos e pessoas com deficiência pobres do resto da população.

HÁ 30 ANOS

Com texto em fase de redação final, Carta terá festa de promulgação

Agora só falta a redação final, informava o *Jornal da Constituinte* de 12 de setembro de 1988, após a conclusão das votações em Plenário. O jornal anunciava uma grande celebração em Brasília no dia da promulgação, 5 de outubro. “A Constituição devolve a você, brasileiro, a condição de cidadão”, dizia a publicação, convidando o povo a aprender a Carta e exigir seu cumprimento. A edição seguinte do semanário *Jornal da Constituinte* só foi publicada no dia 5 de outubro, dia da promulgação da Carta.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte62>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores cobram CPI dos Planos de Saúde

Requerimento para criar a comissão tem 27 assinaturas e já foi lido em Plenário. A autora do pedido, Lídice da Mata, quer iniciar os trabalhos em outubro, após as eleições

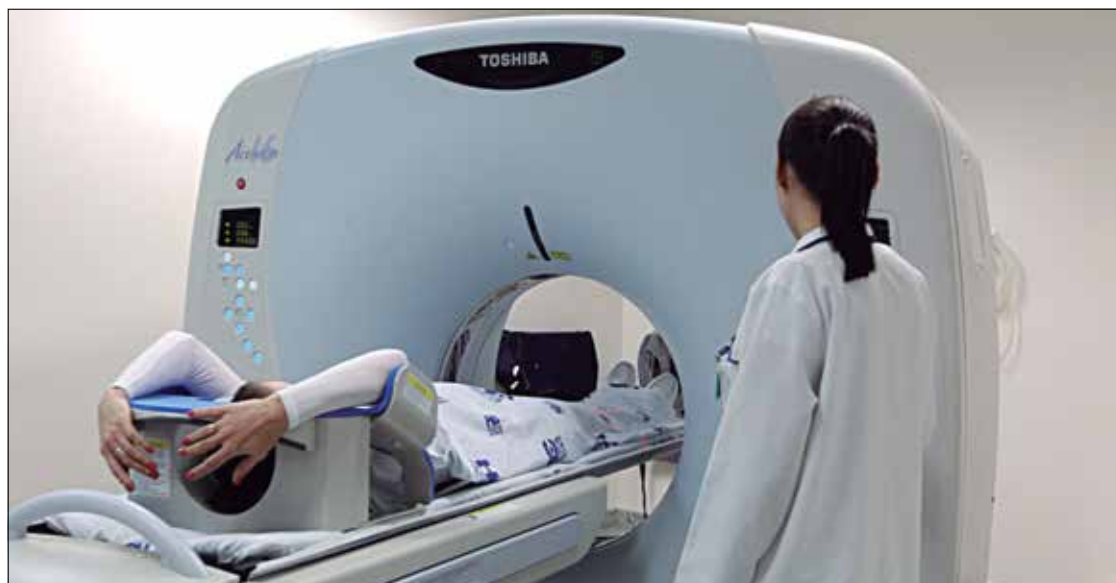
OS REAJUSTES CONSTANTES dos planos de saúde têm gerado protestos de consumidores e preocupação entre muitos parlamentares. Depois de conseguir 27 assinaturas, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou requerimento pedindo a criação de uma CPI para investigar os planos.

O pedido foi lido em Plenário no dia 11 de julho, mas a comissão ainda não foi instalada. Na quarta-feira da semana passada, Lídice cobrou dos líderes a indicação dos membros para a CPI. Ela chegou a pedir ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, que faça a indicação, se os líderes não fizerem.

Instalação

A senadora espera que a CPI seja instalada no início de outubro, logo após o primeiro turno das eleições.

O senador Hélio José (Pros DF) também defendeu o início dos trabalhos da CPI e pediu



Para fazer exames caros como a ressonância magnética, boa parte da população tem que recorrer aos planos

que os líderes indiquem os membros. Para ele, o trabalho da comissão de inquérito será importante para buscar mais transparência por parte das operadoras dos planos de saúde.

De acordo com Lídice, a população tem demonstrado preocupação com os aumentos de preço das operadoras

de planos de saúde. Segundo ela, principalmente agora, durante o período eleitoral, muitos eleitores a procuram para reclamar da situação.

Lídice contou que as pessoas questionam “como é possível continuar essa política de preços, quem é que pode fiscalizar e quem é que regula os preços dos planos no Brasil?”.

— Vamos investigar esse mistério dos planos de saúde no Brasil, com muita gente enriquecendo e pouca gente tendo acesso a saúde de qualidade — disse.

Conforme relatou a senadora, os usuários dos seguros têm sido surpreendidos por reajustes acima dos índices de inflação. Em 2016, por

exemplo, a inflação medida pelo IPCA foi de 6,28%. No entanto, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou aumento de 13,57%. Já em 2017, para uma inflação de 2,9%, a ANS autorizou aumento de 13,55%

Interesses

Lídice também tem criticado a atuação da agência, que estaria atendendo mais os interesses das operadoras do que os direitos dos consumidores.

Segundo a senadora, o consumidor acaba obrigado a recorrer à Justiça para ter o seu direito garantido.

A CPI será composta por 11 membros titulares e 6 suplentes e funcionará pelo prazo de 180 dias. As despesas da comissão serão limitadas ao valor de R\$100 mil. O objetivo da CPI, previsto no requerimento de criação, é investigar os reajustes de preços dos planos de saúde.

Senado tem plano para preservar documentos

Para evitar tragédias como a que ocorreu com o Museu Nacional, em que um incêndio destruiu 90% do acervo, o Senado tem tomado providências para preservar seu patrimônio histórico. O Projeto Estratégico de Gestão Arquivística e Preservação da Memória do Senado Federal, executado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), prevê uma análise de risco dos acervos.

A arquivista Samanta Nascimento, da equipe de gerenciamento do projeto, explica que já está em andamento uma análise minuciosa em todos os documentos do Brasil Império do acervo.

O Senado é o depositário principal e detém os originais de documentos como as Leis da Escravidão (Áurea, do Ventre Livre, Sexagenários e Proibição do Tráfico Negro).

— A UnB deverá fazer uma análise ambiental com vistas à elaboração de um plano de gestão de riscos e prevenção de desastres — afirmou Samanta.

O Senado abriga ainda outros documentos importantes da história do Brasil, entre eles orçamentos do Império, as Constituições de 1889, 1946 e 1988 e manuscritos de discursos feitos na abertura e encerramento das sessões legislativas da Assembleia-Geral entre 1826 e 1889.

Há ainda registros oficiais da Guerra do Paraguai, da transferência da capital para Brasília e das renúncias dos presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor, entre vários outros documentos de valor histórico.

Digitalização

Samanta destaca a digitalização como um outro passo importante para preservação.

— Com isso, os documentos originais não precisarão ser manipulados para pesquisa e o Senado ainda terá sua reprodução digital em alta qualidade — acrescentou.

Liderado pela pesquisadora da UnB Silmara Küster, profes-

sora do curso de Museologia, o trabalho visa identificar documentos que carecem de restauração ou apenas de intervenções preventivas. Participam dessa etapa estagiários do curso de Arquivologia da UnB e servidores do Senado, uma vez que é preciso capacitá-los para seguir cuidando corretamente do acervo após o término do projeto.

Silmara Küster explica que, por meio de um diagnóstico de riscos, é possível estabelecer ações de preservação a curto, médio e longo prazos.

— É importante destacar que risco é a possibilidade de perda. Ocorre em vários graus, uma vez identificados os riscos e os perigos que o potencializam, tomar as providências para bloqueá-los ou minimizá-los certamente diminuirá a probabilidade de acontecer algum sinistro, como o que ocorreu no Museu Nacional.

Ela também afirma que é preciso identificar quais as causas que podem desencadear um incêndio, como falta de vistoria elétrica.

— Uma vez o incêndio iniciado, os materiais construtivos e os materiais de acervos, por serem combustíveis, potencializam o sinistro. Então é uma soma de fatores. É importante que a edificação tenha autorização do Corpo de Bombeiros para o funcionamento, ter extintores adequados, treinamento de pessoal e resposta imediata para emergência.

Imóveis do INSS poderão ser utilizados por filantrópicas

Imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerados desnecessários ou não vinculados às atividades operacionais do órgão poderão ser usados por entidades de assistência social sem fins lucrativos. É o que estabelece o PLS 596/2011, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto altera a Lei 9.702, de 1998, que permite a alienação (venda, troca ou doação de bens) dos imóveis de propriedade do INSS sem utilidade para o interesse público. Contudo, a legislação veda a outorga de concessão de direito de uso. Para o autor do projeto, Lindbergh Farias (PT-RJ), apesar de a lei evitar o mau uso de bens públicos, a norma confronta a realidade brasileira e as necessidades da sociedade.

“Temos, de um lado, uma quantidade significativa de imóveis vazios, sem qualquer uso, durante anos e, por outro lado, uma gama de instituições dedicadas a cuidar do próximo, como clubes da terceira idade e outras entidades sociais e assistenciais que prestam relevantes serviços à sociedade brasileira”, argumenta Lindbergh na justificativa da proposta.

De acordo com o senador, nem sempre os procedimentos para a alienação de imóveis ocorrem com a

rapidez necessária. Ele argumenta que as entidades assistenciais poderiam fazer muito mais pela população caso contassem com melhor infraestrutura.

Crerios

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a proposta foi aprovada com uma emenda do relator, Benedito de Lira (PP-AL), que acrescentou a necessidade de porte obrigatório do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) pelas entidades favorecidas pelo PLS. Para o senador, o certificado constitui “filtro perfeito daquelas entidades que realmente merecem o crédito de parceiras do Estado”.

Para obter a certificação, as associações devem, por exemplo, ser constituídas há no mínimo um ano e atuar nas áreas de saúde ou educação.

O senador Paulo Paim (PT-RS), relator do texto na CCJ, emitiu parecer favorável à proposta. Ele lembrou que toda concessão de uso de um bem público é feita por meio de contrato contendo a destinação, as condições e o prazo de uso do patrimônio. O Estado pode rescindir a concessão, em caso de descumprimento da cláusula pelo concessionário ou de surgimento de razões de interesse público.



Voluntários higienizam e restauram livros da Biblioteca do Senado

Avança MP que destina verba a santas casas

Medida libera R\$ 4,7 bilhões para hospitais filantrópicos, responsáveis hoje por metade das cirurgias do SUS. Texto ainda tem que passar pela análise da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA da Medida Provisória 848/2018 aprovou ontem seu relatório, na forma de um projeto de lei de conversão. A MP abriu uma linha de crédito de R\$ 4,7 bilhões por ano às santas casas de misericórdia e aos hospitais filantrópicos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). Os recursos têm como fonte o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O texto segue agora para análise dos Plenários da Câmara e do Senado.

Os recursos destinados ao crédito equivalem a 5% do FGTS. A taxa de juros não poderá ser superior à cobrada da modalidade pró-cotista dos financiamentos habitacionais, que beneficia trabalhadores inscritos no fundo. A linha tem juros mais baixos do que os praticados no mercado, estando hoje entre 8% e 9% ao ano, na Caixa Econômica Federal.

A linha de crédito será operada pela Caixa, pelo

Banco do Brasil e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O risco financeiro da operação ficará com os três bancos oficiais.

Somente terão acesso ao financiamento os hospitais que ofertarem o percentual mínimo de 60% de seus serviços ao SUS. Os recursos não utilizados pelos hospitais serão devolvidos para investimentos em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

As entidades oferecerão como garantia a consignação de recebíveis — repasse direto dos créditos do FGTS que venham a receber de outros agentes, notadamente os valores do SUS devidos a esses hospitais pela prestação de serviços.

Socorro

Relator da proposição, o senador Lasier Martins (PSD-RS) destacou o alcance social da medida, tendo em vista o atual estado de penúria dos



Senador Lasier Martins (E) apresenta seu relatório sobre a medida provisória que abre crédito para setor de saúde

hospitais filantrópicos e das santas casas.

Essas entidades respondem por um terço dos leitos do país e por metade das cirurgias do SUS, muitas de alta complexidade, e enfrentam grave situação financeira, com uma dívida que chega a R\$ 21 bilhões.

O relator argumentou que

a saúde deve estar em primeiro lugar, a despeito da importância de investimento em saneamento básico e infraestrutura.

— Essa iniciativa vem em muito boa hora. Um alcance de R\$ 4 bilhões por ano, exclusivamente para hospitais filantrópicos e santas casas, é um socorro extraordinário. A

saúde preventiva não é feita. Hoje temos hospitais lotados, e estes temos que socorrer — afirmou Lasier.

A aprovação da MP também foi saudada pelos deputados Toninho Pinheiro (PP-MG), Darcísio Perondi (MDB-RS) e Leonardo Quintão (MDB-MG), que preside a comissão mista da MP 848/2018.

Judiciário deve localizar réu com endereço ignorado

Está pronto para ser analisado em Plenário projeto que obriga o próprio Judiciário a localizar réu de processo civil quando o endereço for desconhecido. Caso o réu não seja localizado, a convocação será via edital.

Atualmente o Código de Processo Civil prevê que o réu pode ser convocado para ação judicial via edital quando a identidade dele é desconhecida ou incerta ou seu endereço é ignorado. Mas, para considerar o endereço ignorado ou incerto, é preciso haver tentativas de localização, inclusive mediante requisição, pelo juiz, de informações em cadastros de órgãos públicos.

O PLS 21/2018 altera o código para colocar na lei uma prática que já ocorre em alguns locais do Brasil, mas

que hoje fica a critério do juiz. Além de obrigar o Judiciário a tentar localizar o réu, o texto original do projeto simplifica a busca, determinando que ela poderá ocorrer apenas no endereço informado pelo próprio autor ou nos cadastros da Receita Federal e do Banco Central. Será dispensada a procura em outros cadastros.

O projeto é de autoria da Comissão Mista de Desburocratização. Ao fim dos trabalhos da comissão, em dezembro de 2017, foi aprovado o relatório, de Antonio Anastasia (PSDB-MG). No documento, o senador alega que a proposta vai acelerar processos civis. “Com o texto atual, conhecem-se casos exagerados, como um em que o juiz, para consultar o endereço do réu na Receita, exigiu

que a parte fosse a todos os cartórios de imóveis do estado em busca de um endereço. Essa situação ineficiente e burocrática é comum e deve ser contornada”, argumenta.

Emenda

Antes de votar a proposta, no entanto, os senadores terão que analisar em Plenário uma emenda do senador Romero Jucá (MDB-RR). Para ele, limitar a busca aos cadastros do Banco Central e da Receita Federal não seria suficiente para considerar o réu como “em local ignorado ou incerto”.

Ele propõe alterar o projeto para incluir outras instituições que abram as bases de dados para consulta eletrônica pelo Poder Judiciário, como SPC, Denatran e operadoras de telefonia.

Texto autoriza criação de fundações estatais para atuar em áreas sociais

Apresentado no Senado no começo do mês, um projeto do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) autoriza a criação pelos entes federados de fundações de direito privado para atuar em áreas sociais. A proposta aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto determina que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios poderão criar, após aprovação de lei específica, fundações com personalidade jurídica de direito privado para atuar nas áreas de saúde, ensino, cultura, esporte, lazer, inovação, ciência e tecnologia, comunicação social, defesa, meio ambiente, assistência social, previdência complementar do servidor público, conservação do patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico e desenvolvimento sustentável.

As fundações serão integrantes da administração pública indireta. Não poderá haver fundação em áreas de competência indelegável do poder público, como a de segurança pública. Bezerra afirma na justificativa que o projeto limita o âmbito de atuação das fundações às áreas de interesse social, “não exclusivas de Estado” e nas quais também já seja permitida atuação de instituições privadas sem fins lucrativos.

O PLS 347/2018 — Complementar regulamenta o inciso constitucional que deixou para lei futura a definição sobre em que áreas de atuação o ente federado pode criar ou instituir fundação.

Eficácia

Para Bezerra, as futuras fundações vão ajudar a melhorar a qualidade de serviços públicos em todas as áreas previstas, garantindo maior efetividade e agilidade no atendimento à população.

“Estas fundações adotam técnicas de gestão semelhantes à de uma empresa, tornando mais eficaz e rápido o atendimento à comunidade”, argumenta o senador.

Como exemplo, ele cita a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), criada em 2012. Ela é responsável pela gestão da aposentadoria complementar dos funcionários públicos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e administrada com a participação dos segurados.

“A Funpresp é exemplo bem-sucedido de fundação pública de direito privado”, avalia Bezerra.

Ele afirma que esse tipo de fundação integra a administração pública indireta sendo financiado com recursos da União e de outras fontes.

Projeto atualiza a tabela de valores de licitação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode aprovar, em decisão final, a obrigatoriedade de atualização regular da tabela de preços das diferentes modalidades de licitação e a fixação de critérios de correção anual desses valores. As duas medidas são defendidas no PLS 11/2016, que está pronto para ser votado na comissão. O texto muda a Lei de Licitações.

O projeto foi apresentado por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e recebeu pa-

recer favorável do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). A legislação atual já prevê a possibilidade de revisão anual desses valores por decreto do Executivo, mas a correção é opcional, fica a critério do chefe do Executivo. O projeto a torna obrigatória.

A atualização da tabela de preços dos procedimentos de carta-convite, tomada de preços e concorrência — as modalidades existentes de licitação — deverá se basear na inflação anual medida

pelo INPC. O projeto também apresentou parâmetros de mudança nos valores-limite de cada modalidade.

Ferraço concluiu que a correção defendida — superior a 200% em cada modalidade — é compatível com a inflação medida pelo INPC entre maio de 1998 (data da última alteração da tabela) e dezembro de 2015, ano anterior ao de apresentação do projeto.

Depois da CCJ, o projeto poderá seguir diretamente para a Câmara.